

AS TRANSFORMAÇÕES NA EDUCAÇÃO PIAUIENSE NA ERA VARGAS

VANESSA SOARES NEGREIROS FARIAS*

A Revolução de 1930 provocou mudanças nas estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais do Brasil. O Piauí também compartilhava com o descontentamento geral que havia no país nessa década, o qual se fazia sentir com maior intensidade nos meios urbanos¹. Dentre as mudanças processadas na capital piauiense destacaram-se as que concernem ao campo da cultura. A partir de uma abordagem das fontes hemerográficas e da documentação oficial foi possível identificar que a educação era o centro das preocupações dos governantes, dos intelectuais e da imprensa da época.

Ao analisar aspectos do fenômeno educacional piauiense, foi possível perceber discussões em torno de um modelo de educação que se ajustasse às necessidades econômicas e sociais de Teresina, assim como da sociedade brasileira em geral. (NUNES, 1988, p.29). Porém, apesar de se estar distante de uma almejada plenitude, é a partir da década de 30 que a educação do país passou a ser cada vez mais problematizada. A partir desse período, a instrução popular tornar-se-ia o foco das ações políticas também no Piauí, conforme se verifica em mensagem do governo:

Na premência da situação financeira em que nos debatemos e de que vos darei conta posteriormente, tem sido a instrução o problema que mais urgentemente procuro resolver, por considerá-lo inadiável. [...] Ao assumir o governo, as estatísticas

* Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Professora da Universidade Estadual do Piauí e da Faculdade Santo Agostinho.

¹ A crise do capitalismo internacional de 1929 teve reflexos consideráveis no Brasil, sobretudo nos estados mais pobres, e dentre estes, o Piauí. O comércio de exportação foi drasticamente reduzido, provocando o fechamento de algumas casas comerciais. Este fato, por sua vez, limitou a capacidade de importação, tendo como consequência imediata a diminuição da arrecadação estadual. O governo local não teve condições de financiar as obras públicas e nem pagar em dia o funcionalismo público. Um descontentamento geral fez surgir no país o movimento revolucionário. No Piauí, esse movimento foi liderado por uma fração da classe dominante momentaneamente fora do poder local, que se envolveu com a Aliança Liberal. O foco dos discursos dos políticos que estiveram na linha de frente na Revolução ocorrida no Piauí estava voltado para a denúncia da má administração do dinheiro público, que era responsável pelas más condições econômicas do estado. NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A Revolução de 1930 no Piauí 1928-1934*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

escolares acusavam a matrícula de 5.500 alunos nas escolas primárias do Estado e dos municípios, como se vê da última mensagem do meu antecessor. (ESTADO DO PIAUÍ, 1930, p.13)

As estatísticas escolares exibidas pelo governador mostram o cenário cultural piauiense e levam a uma reflexão sobre o contingente de analfabetos existentes no Piauí. Nesse sentido, as transformações substanciais ocorridas nos anos 30 correspondem ao que alguns estudiosos consideram como período de consolidação da educação piauiense².

De acordo com Teresinha Queiroz, desde as últimas décadas do século XIX, a educação passou a ser vista como o fator mais importante do progresso social. À medida que essa ideia se generalizava, o esforço republicano passava a ser direcionado no sentido de tentar expandir a chamada educação popular com ênfase no ensino primário. Nesse contexto, as escolas particulares expandiram-se em Teresina e passaram a ter visibilidade na imprensa e nas discussões de caráter pedagógico.

Entretanto, pode-se afirmar que desde a República Velha havia uma preocupação crescente dos legisladores em estabelecer, de fato, uma educação popular. Durante a fase republicana, não houve, até 1930, nenhum projeto que se pudesse considerar abrangente à realidade social do país. No Piauí, as características válidas na definição do quadro do sistema escolar, considerando o período de 1880 a 1930, são as seguintes: número reduzido e mais ou menos estável de escolas, inexistência de prédios escolares, mobiliário e material escolar necessário; professores na maior parte inabilitados; índice alto de evasão escolar; relação muito baixa entre a população em idade escolar e alunos matriculados em escolas. (QUEIROZ, 2008, p. 98).

Desse modo, somente após o início da década de 1930³, torna-se possível visualizar os impactos provenientes das ações mobilizadas pela classe dirigente e pelos intelectuais no

² Itamar de Sousa Brito, em *História da educação no Piauí*, traçou um quadro completo da trajetória educacional no estado. Dentre as contribuições, destaca-se a proposta de uma periodização da educação piauiense em quatro fases: a implantação (1733-1845), a estruturação (1845-1910), a consolidação (1910-1961) e a sistematização (1961 aos dias atuais). Itamar de Sousa Brito foi um dos colaboradores para o desenvolvimento da cultura piauiense. Atuou na Secretaria de Educação do estado, ocupando cargos e funções preeminentes, foi catedrático da Escola Normal Antonino Freire, conselheiro do Conselho Estadual de Educação, além de professor da UFPI. BRITO, Itamar de Sousa. *História da educação no Piauí*. Teresina: EDUFPI, 1996.

³ Segundo Itamar Sousa Brito, o fator que dificultou o desenvolvimento do ensino até a década de 20 não foi a falta de iniciativa do estado, mas os critérios adotados na alocação dos recursos, ou seja, pela inexpressiva ou mesmo nula participação da União no desenvolvimento primário no Piauí. Notadamente após o término da Primeira Guerra, é que a União passa a destinar aos poucos alguns recursos para tal destino. BRITO, 1996.

início do século, sobretudo através de um volume maior de docentes habilitados, das reformas de ensino e da criação do Ministério da Educação e Saúde, em 14 de novembro de 1930⁴, pelo presidente Getúlio Vargas.

Em *Algumas notas sobre o problema da educação e de saúde no governo Getúlio Vargas*, documento redigido por Gustavo Capanema, enviado a Vargas em 1946 e publicado por Simon Schwartzman em *Estado Novo: um autorretrato*, se encontra a finalidade da criação do Ministério da Educação e Saúde. Criou-se o Ministério para o fim de coordenar e impulsionar, em todo o país, o desenvolvimento dos trabalhos relativos a esses dois importantes problemas: a educação e a saúde, e deram-se ao novo Ministério todos os elementos de ação para a realização de uma obra de alcance nacional⁵.

No contexto local, após a efêmera gestão de Humberto de Areia Leão⁶, as mudanças que estavam sendo processadas no país⁷ favoreceram a ascensão de Landri Sales ao poder, em

⁴ Assumindo esse ministério como seu primeiro titular, Francisco Campos promove, através dos decretos, a reforma de ensino que recebeu seu nome. O primeiro desses decretos é o de n.º 19.850, de 11 de abril de 1931, que criou o Conselho Nacional de Educação. Entre abril de 1931 e abril de 1932, foram baixados cinco decretos, dentre eles destaca-se o de n.º 19.890, que consolidou a estrutura do ensino secundário. A partir deste o curso secundário passou a abranger dois cursos seriados: o fundamental e o complementar. O curso complementar constituía pré-requisito para matrícula nos cursos superiores e deveria ser ministrado em dois anos. O ciclo fundamental, com duração de cinco anos, compreendia as disciplinas: Português, Francês, Inglês, Latim, Alemão (facultativo), História, Geografia, Matemática, Ciências Físicas e Biológicas, Física, Química, História Natural, Desenho, Música (canto orfeônico). Enquanto o primeiro tinha caráter predominantemente formativo, o segundo tinha caráter propedêutico. BRITO, 1996.

⁵ Essa publicação tem por finalidade divulgar a propaganda estado-novista. De acordo com a mesma, a educação e a saúde foram problemas longo tempo abandonados, em nosso país, no Império e na República. O que o redator do documento quis consolidar foi a ideia de que os governos anteriores passavam, e nenhuma obra geral e fundamental se empreendia. E que somente em 1930, depois da vitória da revolução, tornou-se possível o lançamento das sementes essenciais, com a fundação do Ministério da Educação e Saúde, cuja obra, em quinze anos de progressivo desenvolvimento, representa o ponto de partida, realmente decisivo, para a solução daqueles dois problemas nacionais. O Ministério, quanto ao ensino, não se tornou apenas um departamento burocrático para administração de repartições e serviços educacionais, mas passou a constituir um centro nacional de estudos e pesquisas sobre o problema da educação nos seus diferentes ramos e graus. SCHWARTZMAN, Simon. *Estado Novo: um autorretrato*. Brasília: Universidade de Brasília, 1983.

⁶ Entre outubro de 1930 e maio de 1931, o estado do Piauí foi governado por três políticos: Humberto de Areia Leão (4/10/1930 a 29/1/1931), Joaquim Vaz da Costa (29/1/1931) e Joaquim Lemos Cunha (29/1/1931 a 21/5/1931). TITO FILHO, A. *Governadores do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1978; NASCIMENTO, Francisco Alcides do. et al *Governadores do Piauí: uma perspectiva histórica*. Teresina: Fundação CEPRO, 1993.

⁷ Vimos que a Revolução de 30 promoveu mudanças na educação brasileira, sobretudo com a criação do Ministério da Educação e da Saúde. Em consonância com essas transformações, um dos primeiros atos do governo interventorial foi a regulamentação do ensino normal pelo decreto anterior ao que deu início à Reforma Francisco Campos, que foi o dec. n.º 1.139, de 02 de janeiro de 1931, regulamentação que foi substituída um mês depois pelo dec. n.º 1.145, de 02 de fevereiro de 1931, que revigorou o Regulamento Geral do Ensino de 1910. Para por essas mudanças em prática, o então interventor federal do Piauí, Humberto de Areia Leão, usando de atribuições que lhe dava o decreto n.º 19.398, de 11 de novembro de 1930, do governo da República, baixa o

maio de 1931. A Diretoria Geral de Instrução Pública é confiada a Benedito Martins Napoleão. Processava-se a reforma do ensino em bases mais avançadas. “E num plano de ação governamental, multiforme, intenso e extenso, as edificações escolares constituem componente de grande relevo e da mais alta significação”. (GONÇALVES, 1980, p. 258).

As atenções tinham como propósito concentrar esforços que proporcionassem mais rapidez às realizações relacionadas ao empreendimento educacional. Para tanto, dá-se início à expansão no interior do estado. Sobre o assunto, o engenheiro Luís Mendes Ribeiro Gonçalves relata:

Resolve-se construir, inicialmente, o Grupo Escolar Domingos Jorge Velho, em Teresina, e as escolas agrupadas David Caldas, Dr. Sampaio e Poti Velho. O programa é, portanto, elaborado à base da cooperação municipal. Desse jeito, edificam-se e inauguram-se os grupos escolares de Picos, Campo Maior, Piripiri, Amarante e Miguel Alves e as escolas agrupadas de Batalha e Valença. [...] E como ainda parecesse pouco, recebo o encargo de projetar e construir o Liceu Piauiense, prédio de estilo moderno, em cujos planos e edificações foi prevista a possibilidade de ampliá-lo, em planta, de mais três alas, e, em elevação, de outros pavimentos. (GONÇALVES, 1980, p. 258).

Diante do exposto, pode-se observar uma preocupação maior dos novos governantes com a educação, que tinha por objetivo propagar os valores morais, políticos e culturais. Nesse contexto, é possível perceber também os desdobramentos de um movimento de renovação escolar que passou a ser conhecido como Escola Nova ou Escola Ativa, baseado nos progressos da psicologia infantil. Vários intelectuais se movimentaram em torno dessas reformas, visando à inovação do ensino nas cidades do Brasil.⁸

No Piauí, até o IV Encontro de Educadores em 1931, o ensino seguia o modelo dos outros estados. A IV Conferência da Educação, dirigida pelos escolanovistas, realizada em

novo Regulamento do Ensino Normal, que se constituía de 173 artigos e que já vinha acompanhado da previsão, em suas disposições gerais e transitórias que o regulamento deveria ser revisto em 1933. O segundo artigo do documento estendia a duração do curso para cinco anos e o quinto estabelecia a nova estrutura curricular. BRITO, 1996.

⁸ É neste momento que diversos intelectuais do país, como Anísio Teixeira, entram em contato com o movimento da Escola Nova norte-americano, que inspirou o brasileiro. O grande nome do movimento na América foi o filósofo e pedagogo norte-americano John Dewey (1859-1952). John Dewey influenciou a elite brasileira com o movimento da Escola Nova na década de 1930. Para o teórico, a Educação é uma necessidade social. Por causa dessa necessidade, as pessoas devem ser aperfeiçoadas para que se afirme o prosseguimento social. Para John Dewey, a educação teria uma função democratizadora de igualar as oportunidades. HAMZE, Amélia. A Escola Nova e o movimento de renovação do ensino. Disponível em: <educador.brasilecola.com/gestao-educacional/escola-nova.htm>. Acesso em 16 de julho de 2011.

dezembro de 1931, no Rio de Janeiro, procurou desenvolver diretrizes de uma política nacional de educação e ensino. O diretor de Instrução Pública do Piauí, Benedito Martins Napoleão, participou do evento.

Em 1932, fruto desse encontro, surgiu o documento que se tornou o primeiro no Brasil a traçar uma definição de política nacional de educação de forma abrangente: o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova⁹. Esse manifesto foi um divisor de águas na educação brasileira, visto que anteriormente o ensino seguia o modelo enciclopédico dos positivistas. (FREITAS, 2009, p.86-87)

Em *O discurso imperfeito* Manoel Paulo Nunes destacou a importância da obra de Anísio Teixeira e dos chamados pioneiros da Escola Nova. De acordo com o escritor, os educadores que assinaram o manifesto, entre os quais Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, deixaram um legado de elevado valor, que permeou todo o sistema educacional. Manoel Paulo Nunes ressaltou que embora os educadores fossem, de certa forma, rejeitados pelas elites, inclusive pelos que dominavam o processo educacional, os tradicionalistas, essa obra não deixou de permear todo o processo da educação brasileira, a história da educação nacional¹⁰.

Em consonância com as ações que o governo Vargas ostentava de uma administração que rompia com a República Velha, observa-se uma forma de trabalhar o ensino através de novas concepções pedagógicas. A partir desse pressuposto, insere-se nos moldes didáticos a psicologia da educação. Diante de uma política que visava criar um sistema educativo consoante com a centralização política, o uso da psicologia se adequava às peculiaridades de um regime controlador.

⁹ O Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, datado de 1932, consolidava a visão de um segmento da elite intelectual que, embora com diferentes posições ideológicas, vislumbrava a possibilidade de interferir na organização da sociedade brasileira do ponto de vista da educação. Ao ser lançado, em meio ao processo de reordenação política resultante da Revolução de 30, o documento se tornou o marco inaugural do processo de renovação educacional no país. Além de constatar a desorganização do aparelho escolar, propunha que o Estado organizasse um plano geral de educação e defendia a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita.

¹⁰ Para Manoel Paulo Nunes, as reformas processadas no início da década de 30 tinham proposta elitista e eram direcionadas para a educação da classe dirigente, reservando à classe menos favorecida, a massa, apenas a educação elementar, ou seja, a educação primária, assim mesmo sem a obrigatoriedade e a universalidade que se preceituava para esse tipo de educação. Havia a preocupação apenas com a educação primária e profissional para as classes menos favorecidas. Em suma, insistia-se em um tipo de educação dual, a que conduzia à universidade para a elite e a de caráter profissionalizante para a maioria da população. NUNES, 1988, p. 31.

Nesse contexto, amplia-se o número de grupos escolares e de cargos públicos com a finalidade de inspecionar o ensino. No início da década de 30, encontram-se registros no jornal *O Piauí* dos principais grupos escolares de Teresina, entre os quais está o Grupo Escolar José Lopes, Antonino Freire, Matias Olímpio, Barão de Gurgueia, Demóstenes Avelino e Epitácio Pessoa.

Em 1931, iniciou-se uma reorganização na equipe da instrução pública do governo Landri Sales (1931-1935). A Diretoria Geral de Instrução Pública ficou submetida ao chefe do poder executivo que a comandava através da Secretaria Geral do Estado. Naquele momento, a diretoria contava com Odilon Nunes e Álvaro Alves Ferreira na inspeção do ensino público, além de Felismino Freitas Weser, contratado em 1932.¹¹

Foi também nesse ano, certamente com a colaboração desses intelectuais, que o governador, por meio do decreto n.º 1.358, de 2 de março de 1932, aprovou os planos de programa e orientações metodológicas da Escola Normal Oficial, usando da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 13, letra f, do decreto n.º 1.301, de 14 de setembro de 1931, que deveria ser executado pelo Secretário Geral do Estado, Heráclito Araripe de Sousa¹².

Tomando como referência o plano elaborado pela Escola Normal para aprofundar a análise do ensino público na era Vargas, constata-se o teor da interferência do Estado na educação. Nesse documento, encontram-se dispostas a distribuição de todas as disciplinas e as metodologias que deveriam ser adotadas a cada ano no ensino daquela instituição. Dentre as modificações e inovações, encontrava-se a entrada da História do Piauí no currículo da instituição.

Para o conjunto das disciplinas que compõem o curso Normal, entrou de acordo com a atual regul., a História do Piauí, que será dada na primeira série. Se há uma

¹¹ A equipe da instrução pública do governo Landri Sales contava com dez servidores. Reorganizada em 1931, a Diretoria Geral da Instrução Pública ficou submetida ao chefe do poder executivo que comandava a “suprema direção” através da Secretaria Geral do Estado. Com decreto n.º 1438, de 31 de janeiro de 1933, apesar de manter a mesma estruturação administrativa de 1931, altera o número de servidores para 12. A diretoria ficou estruturada com os seguintes cargos: diretor geral; secretário; arquivista-datilógrafo e servente (1º seção); três inspetores de ensino (2º seção – Odilon Nunes, Álvaro Ferreira e Felismino Freitas Weser); encarregado da estatística e escriturário (3º seção); inspetor médico-escolar e auxiliar técnico (4º seção). BRITO, 1985, p. 20; FREITAS, 2009, p. 113/114.

¹² Advogado, jornalista e político, Heráclito Araripe Sousa (Areia Branca-RN, 1887- Parnaíba, 1951). Bacharel em Direito. Secretário de Governo do Estado. Diretor da Imprensa Oficial. Professor do Liceu Piauiense. Deputado estadual e constituinte de 1935. Para saber mais sobre Heráclito e outros nomes da sociedade piauiense ver: GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado: 1549-2003*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2003. p. 396.

disciplina que tem despertado a atenção dos mestres, no tocante propriamente à sua metodologia, é a História. Até mesmo a sua classificação, sobre se é ou não uma ciência, quer intermediária, quer em via de formação – é constante objeto de dúvidas, senão de controvérsias. Mas, não se trata, aqui disto nem mesmo dos vários métodos praticados, criticados, até hoje. O que há de ser dito aqui – é a maneira, o método a seguir no ensino de História do Piauí. Entre as muitas dificuldades para o ensino de história do Piauí, sobressai a falta absoluta de compêndio, bom ou mal, visto que não possuímos nenhum. (PLANOS..., 1932, p.17)

De acordo com o mesmo documento, o Piauí, dentre todos os estados do Brasil, era o único que não possuía a compreensão de sua história, inclusive pela ausência de livros didáticos. No que concerne à entrada dessa disciplina no currículo, de um lado, se encontravam as dificuldades metodológicas, do outro, havia o orgulho de um passado considerado admirável, principalmente nos primeiros tempos de existência política do estado.

Não obstante, foi nessa atmosfera de mudanças e de avanços na educação do estado, que Getúlio Vargas chegou em 23 de setembro de 1933 na capital piauiense¹³. O presidente visitou os estabelecimentos de ensino de Teresina. Naquele momento, “o ensino público era prestigiado pelo representante maior da ‘pedagogia revolucionária’”. (FREITAS, 2009)

Em julho de 1935 ocorreu o 7º Congresso Nacional de Educação na capital federal, promovido pela Associação Brasileira de Educação. Segundo a matéria do jornal *O Tempo*, no encontro discutiram-se os mais variados assuntos sobre o magno problema. De acordo com a nota, o Congresso fixou os aspectos da nova constituição brasileira, referentes à criação de conselhos e departamentos estaduais de educação. Naquele momento, os estudos efetuados por técnicos de todos os estados, em reuniões presididas pelo ministro da educação, Gustavo Capanema, chegaram a inúmeras conclusões. Dentre as principais, destaca-se que, a partir daquele encontro, em acordo com a nova constituinte, ficava a cargo de cada estado, de acordo com as suas necessidades, organizar seu plano estadual de educação, abrangendo todos os graus e modalidades de ensino, e que o sistema educativo estadual, definido no plano,

¹³ O presidente visitou o Piauí, em virtude da situação de calamidade em que se encontrava grande parte do estado, causada por uma das maiores secas que atingiu o nordeste brasileiro. Na ocasião, o presidente inaugurou o Grupo Escolar Domingos Jorge Velho e a administração local apontou as novas construções, reformas, instalações e as últimas inaugurações, a fim de causar boa impressão ao chefe de estado. Mas, não somente as instituições públicas receberam atenção do presidente, haja vista que o Colégio Sagrado Coração de Jesus também estava na lista da visita. Após o decreto n.º 1.213, de 11 de abril de 1931, essa instituição passou a receber auxílios e intervenções do estado e foi equiparada à Escola Normal.

passava a compreender todos os serviços técnicos e administrativos, a ser dirigido por um departamento autônomo. (CONGRESSO..., 1935, p.3).

Era a partir desses encontros que as inovações no campo educacional vindas de fora chegavam a Teresina e impulsionavam os debates sobre os problemas do ensino local, incentivando os intelectuais a organizarem conferências no meio pedagógico local.

Foi também em 1935 que Landri Sales Gonçalves concluiu seu mandato e, após o término de sua gestão, o político encaminhou um relatório ao presidente da República referente ao exercício de 1931-1935. Nesse documento estavam dispostos os aspectos mais relevantes de sua administração, no tocante à instrução pública, percebe-se que o documento apontava avanços ao se tomar como parâmetros as administrações anteriores. Houve efetiva expansão dos grupos escolares em vários municípios do estado. (ESTADO DO PIAUÍ, 1935, p. 32).

De acordo com o documento, no empenho de elevar o nível de ensino, o governo havia criado a Escola de Adaptação e o curso pré-vocacional. Custeou despesas no sudeste do país para o aperfeiçoamento dos professores, o que teria resultado na elevação gradual e considerável de matrículas no ensino primário. Segundo o relatório apresentado pelo interventor Landri Sales ao Presidente da República, em 1930, o número de matrículas no ensino primário era de 7.397 e, em 1935, este número teria elevado para 26.000.

Para o governador, um aumento significativo do número de matrículas estava em sintonia com as mudanças processadas nos cinco primeiros anos da década de 30. Entretanto, estes dados encontram-se apenas nos relatórios e mensagens governamentais, tendo em vista que os números constantes nos censos dos institutos de pesquisa existentes na época não nos permite realizar uma comparação mais precisa com os dados estatísticos dos documentos oficiais.¹⁴

¹⁴ No caso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o censo mais antigo que se encontra é o de 1940. Embora o campo de pesquisa, no levantamento censitário desta década, tenha sido ampliado, a classificação básica do ponto de vista da instrução que se encontra no censo de 1940 abrange a população em geral, dividindo-a em três grandes grupos: os do que sabem ler e escrever, o dos que não o sabem e o dos que não deram resposta ao respectivo quesito. No censo de 1940 os piauienses que sabiam ler e escrever correspondia a um total de 128.413 pessoas, sendo 75.468 homens e 52.945 mulheres. 544.982 era o número de analfabetos no estado, 256.076 homens e 288.906 mulheres não sabiam ler nem escrever. E o número de pessoas de cinco anos e mais, de instrução não declarada, totalizaram 1.193 pessoas. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico: população e habitação; censos econômicos: agrícola, industrial, comercial e dos serviços*. Rio de Janeiro, 1952.

Também contribuíam para essas mudanças apontadas no relatório, as obras que estavam em fase de conclusão. Dentre estas, destaca-se a construção de um dos empreendimentos mais almejados pela sociedade teresinense, a sede própria do mais importante símbolo da instrução secundária pública do estado – o Liceu Piauiense.

Todavia, a segunda metade da década de 30 iniciou com uma nova gestão, a do governador Leônidas de Castro Melo (1935-1945). Esse governador deu continuidade ao processo de expansão dos estabelecimentos escolares inaugurados por seu antecessor¹⁵. Em 1937, a mensagem governamental passou a mencionar o ensino supletivo. No documento apresentado no mesmo ano, percebeu-se que as preocupações do governo também se voltavam para essa modalidade de ensino. Leônidas Melo descreveu alguns dados desse tipo de escola, que inicialmente era destinada aos membros da guarda civil e militar do estado.¹⁶ Foi também em 1937 que surgiu mais uma categoria de professores, os substitutos.¹⁷

Em 1938, esse político enviou o primeiro relatório ao presidente da República. Com relação à educação, o governador do estado enviou um gráfico e um diagrama com os dados referentes à elevação do número de matrículas e à frequência dos alunos, cujos índices eram fundamentais para comprovar o desenvolvimento do ensino local.¹⁸

Contudo, no início da década de 40, após uma trajetória de rupturas e constantes transformações, fizeram-se sentir no Piauí as consequências do empenho da intervenção do estado na educação. Em abril de 1940, no relatório de Manoel Bergstrom Lourenço Filho¹⁹,

¹⁵ No mandato de Leônidas Melo foi concluída a obra do edifício do Liceu Piauiense e do Grupo Escolar Padre Sampaio de José de Freitas. Em cooperação com as municipalidades, foram concluídos os grupos escolares de Barras, Piracuruca, Pedro II e Parnaíba. Estavam sendo construídas as escolas agrupadas (reunidas) de Regeneração, Aparecida, Santa Filomena e Boa Esperança.

¹⁶ O Estado mantinha quatro escolas destinadas a ministrar o ensino supletivo: no 25º Batalhão de Caçadores, no Batalhão Policial, na Penitenciária (Escola Monsenhor Lopes) e na Guarda Civil (Escola da Força Pública do Estado).

¹⁷ Primeiramente, existiam somente as professoras substitutas no ensino primário. Uma das principais vantagens dessa categoria era o preenchimento de vagas de cadeiras ocorridas em virtude da premiação de férias especiais e licenças. Sem contar que na época eram poucas as professoras que aceitavam o 2º turno, visto que o acréscimo de 30% nos vencimentos não era satisfatório e também não compensava, porque dois turnos de aulas representavam um grande esforço.

¹⁸ Na análise do gráfico impresso no relatório de 1938, a informação que se destaca é que o número de matrícula geral no estado que, em 1935 correspondia a 25.532, passou para 32.383 em 1937. Os dados desse relatório se distinguem do relatório do antecessor Landri Sales, visto que o interventor havia posto no relatório referente ao exercício de 1931-1935 que o número de matrículas somente do ensino primário havia atingido o total de 26.000 alunos. ESTADO DO PIAUÍ. *Relatório apresentado ao Presidente da República pelo Interventor Leônidas de Castro Melo, em 1938*. Teresina: Imprensa Oficial, 1938.

¹⁹ Foi um dos pioneiros da Escola Nova. Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), órgão que implantou em 1938 e dirigiu até 1946. Na década de 30, foi sucessivamente Diretor Geral do Ensino Público

havia uma constatação, em termos quantitativos, de que as ações dos políticos piauienses estavam seguindo o caminho certo, visto que, nesse documento, havia a comprovação de que o estado do Piauí ficara em segundo lugar, entre todas as demais unidades federadas, no período de 1932 a 1936, quanto ao crescimento relativo da matrícula no ensino primário. E, segundo o documento de Lourenço Filho, esse crescimento:

[...] tornou-se especialmente notável depois de 1933, ano em que se reorganizaram os serviços de ensino no Estado, nas bases de que este boletim oferece documentado resumo. No período de 1932 a 1937, veio a ter o Piauí, ainda quanto a esse aumento, não apenas o segundo, mas o primeiro lugar. O total de alunos passou, então, de pouco mais de quinze mil para trinta e dois mil, aumento que se exprime com os números índices de 100 e 215. As taxas de matrícula, que eram das mais baixas, em relação à população escolar, revelaram melhoria constante, de exercício para exercício. (LOURENÇO FILHO apud FREITAS, 2009, p. 126)

As informações contidas nesse relatório repercutiram na imprensa local e nacional. No relatório enviado ao presidente Getúlio Vargas, o governador Leônidas Melo fez questão de mencionar o fato e, além de repetir as estatísticas, abordou a repercussão na imprensa através da transcrição de matéria publicada no dia 24 de junho de 1940 no periódico carioca *Correio da Manhã* acerca do ensino no Piauí. Segue trecho da matéria:

Trabalho agora publicado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos trouxe uma revelação interessante: no período de 1932 a 1936, coube ao Estado do Piauí o segundo lugar, entre todas as demais unidades a Federação, quanto ao crescimento relativo da matrícula no ensino primário. Com efeito, a julgar pelas estatísticas levantadas, desde 1933 o pequeno estado passou a tratar da instrução popular com tal êxito que em 1937 conquistava ele não mais o segundo lugar, porém o primeiro no particular acima assinalado. [...] o fato é auspicioso, e os resultados obtidos pelo Estado do Piauí expõem um movimento dos mais significativos, ligados ao desenvolvimento da cultura popular, de que tanto precisa o Brasil. (ESTADO DO PIAUÍ, 1940, p.3)

Todavia, as mudanças efetuadas na instrução, processadas na década de 30, contribuíram para transformações do quadro educacional brasileiro. Nesse sentido, a década de 1940 se inicia com uma nova reforma no ensino brasileiro, a Reforma Capanema de 1942.

Manoel Paulo Nunes, ao avaliar o quadro da época, considera que a Reforma Capanema tinha por objetivo perpetuar o sistema dual de educação. Esse sistema consistia na educação intelectual, ornamental, beletrista, para as elites, e na educação popular, representada pelas escolas profissionais, normais e primárias, destinadas à grande massa da população. Porém, segundo esse autor, ocorreu um fenômeno inesperado em que a educação, que originariamente era direcionada às elites, com o passar dos anos, passou a abranger aos poucos as classes menos favorecidas. (NUNES, 1988, p. 32).

O fenômeno inesperado a que Manoel Paulo Nunes se refere diz respeito ao fator que contribuiu para essa massificação do ensino secundário após a década de 40, o surgimento da Campanha do Ginásio Pobre (CNEC), e que se iniciou em 1943, no Recife, com a criação do Ginásio Castro Alves, ponto de partida de uma rede de estabelecimento de ensino que durante muitos anos se expandiu no país. A filosofia do CNEC consistia em popularizar a educação.²⁰

Portanto, a partir da década de 50, as classes menos favorecidas tiveram acesso ao sistema de educação destinado às elites e ocorreu uma massificação dos cursos secundários, nas modalidades dos cursos clássicos e científicos até então reservados àquelas pessoas que se destinavam ao ensino superior. Enfim, ocorreu uma corrida acelerada das massas populares para alcançarem os benefícios da educação, que passou a ser naturalmente uma aspiração de toda a população.

²⁰ A “Campanha do Ginásio Pobre” visava fornecer ao alunado pobre os instrumentos básicos com os quais ele poderia educar-se, e atingir a sua plena maturidade espiritual e intelectual. NUNES, 1988, p. 32.

REFERÊNCIAS

- BRITO, Itamar de Sousa. *História da educação no Piauí*. Teresina: EDUFPI, 1996.
- BRITO, Itamar Sousa. *Memória histórica da Secretaria de Educação*. Teresina: Secretaria de Educação, 1985.
- CONGRESSO Nacional de Educação. *O Tempo*, Teresina, ano 3, n. 520, 19 jul. 1935.
- ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo governador João de Deus Pires Leal a 1º de junho de 1930*. Teresina: Imprensa Oficial, 1930.
- ESTADO DO PIAUÍ. *Relatório apresentado pelo interventor Landri Sales Gonçalves ao Presidente da República referente ao exercício de 1931-1935*. Teresina: Imprensa Oficial, 1935.
- ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo Governador Leônidas de Castro Melo, em 1º de junho de 1936*. Teresina: Imprensa Oficial, 1936.
- ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo Governador Leônidas de Castro Melo, em 1º de junho de 1937*. Teresina: Imprensa Oficial, 1937.
- ESTADO DO PIAUÍ. *Relatório apresentado ao Presidente da República pelo Interventor Leônidas de Castro Melo, em 1938*. Teresina: Imprensa Oficial, 1938.
- ESTADO DO PIAUÍ. *Relatório apresentado ao Presidente da República pelo Interventor Federal no Estado do Piauí Leônidas de Castro Melo, em 1º de junho de 1940*. Teresina: Imprensa Oficial, 1940.
- FREITAS, Maria Leonília de, SOUSA; Francisco Antônio Freitas de; FREITAS, Francisco Newton. *Professor Felismino Freitas: educação como missão e vocação*. Teresina: Zodíaco, 2009.
- GONÇALVES, Luís Mendes Ribeiro. *Impressões e perspectivas*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.
- GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado: 1549-2003*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2003.
- HAMZE, Amélia. A Escola Nova e o movimento de renovação do ensino. Disponível em: <educador.brasilecola.com/gestao-educacional/escola-nova.htm>. Acesso em 16 de julho de 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico: população e habitação; censos econômicos: agrícola, industrial, comercial e dos serviços*. Rio de Janeiro, 1952.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA ESCOLA NOVA, 1932. História da Educação no Brasil. Disponível em:< www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb07a.htm>. Acesso em 10 de janeiro de 2011.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A Revolução de 1930 no Piauí 1928-1934*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. et al *Governadores do Piauí: uma perspectiva histórica*. Teresina: Fundação CEPRO, 1993.

NUNES, M. Paulo. *O discurso imperfeito: notas para a história da educação brasileira*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1988.

O ENSINO no Piauí. *Correio da Manhã* apud ESTADO DO PIAUÍ. *Relatório apresentado pelo interventor Leônidas de Castro Melo ao Presidente da República referente ao exercício de 1940*. Teresina: Imprensa Oficial, 1940.

PLANOS DE PROGRAMAS E ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS DA ESCOLA NORMAL OFICIAL. Decreto n. 1358 de 2 de março de 1932. Teresina: Imprensa Oficial, 1932,

QUEIROZ, Teresinha. *A educação no Piauí (1880-1930)*. Imperatriz, MA: Ética, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima de. Os grupos escolares e a história do ensino primário na Primeira República: questões para um debate. *Revista de Educação Pública*. Cuiabá, v. 17, n. 34, p. 273-284, maio/ago. 2008.

SCHWARTZMAN, Simon. *Estado Novo: um autorretrato*. Brasília: Universidade de Brasília, 1983.

TITO FILHO, A. *Governadores do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1978

TOBIAS, José Antônio. *Educação brasileira: temas e problemas*. São Paulo: JURISCRÉDI, 1971.